

NOVA LEI DE LICITAÇÕES

CONTRATOS DO BASA

REACENDEM DEBATE SOBRE FERRAMENTA USADA EM ESCÂNDALO DE PORTO ALEGRE

Em Porto Alegre, livros viraram caso de polícia: um escândalo na Secretaria Municipal de Educação escancarou as fragilidades de um instrumento que, na teoria, foi criado para dar eficiência às compras públicas — a Ata de Registro de Preços. A denúncia, exibida pelo Fantástico, da TV Globo, revelou que livros comprados por R\$ 38 milhões apodreceram em um galpão da prefeitura, em meio a suspeitas de fraude em licitação e pagamento de propina. Sete pessoas foram presas, entre elas a então Secretária Municipal de Educação.

A mesma ferramenta que foi mal utilizada em Porto Alegre é hoje amplamente adotada por órgãos públicos de todas as esferas. **O BASA, POR EXEMPLO, FIRMOU RECENTEMENTE 02 CONTRATOS COM A EMPRESA RESOURCE TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA.,** por meio de adesão às Atas de Registro de Preços nº 34/2024 e nº 41/2024, vinculadas ao Pregão Eletrônico nº 07/2023, realizado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). **JUNTOS, OS CONTRATOS SOMAM, APROXIMADAMENTE, R\$ 338 MILHÕES.**

Os serviços contratados abrangem soluções de tecnologia da informação, com alocação de perfis profissionais sob demanda para atividades como desenvolvimento, testes, sustentação e garantia de qualidade de software, com base em metodologia orientada a resultados. **As contratações seguem os dispositivos da nova Lei de Licitações (14.133/2021) e têm vigência inicial de 12 meses, prorrogável por até cinco anos.**

Apesar do respaldo jurídico, o modelo de adesão às atas exige alto nível de controle interno, planejamento técnico e fiscalização contínua. **No caso do BASA, os contratos foram aprovados pela Diretoria Executiva** e contam com recursos próprios, mas **a magnitude dos valores envolvidos e o histórico de fragilidades dessa modalidade em outras administrações acendem um alerta.**

O escândalo em Porto Alegre e os contratos do BASA mostram os dois extremos de uma mesma prática: a Ata de Registro de Preços pode, sim, ser uma solução eficiente — mas também pode se transformar em um caminho perigoso, obscuro e suscetível a desvios quando faltam transparência, controle e responsabilidade na sua aplicação.

O caso de Porto Alegre pode ser conferido em:

No Fantástico: https://www.instagram.com/fernandapsol/reel/DG_g06u71d/

No G1: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2025/03/09/propina-em-atas-de-registro-livros-viram-caso-de-policia-em-porto-alegre.ghtml>